

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A URBANIZAÇÃO DO BALNEÁRIO DOS INGLESES

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: Ana Lúcia da Cunha

Orientador: Prof^o Helton Ricardo Ouriques

Palavras-chave: 1. Urbanização

2. Ingleses

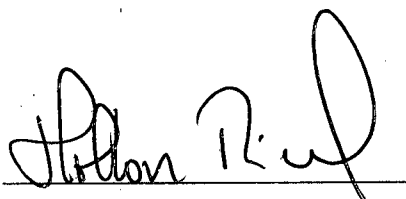
3. Ocupação

Florianópolis, março de 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 6,0 à aluna Ana Lúcia da Cunha na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:



Prof. Helton Ricardo Ouriques

Presidente



Prof. GILSON CESAR DA SILVA

Membro



Prof. GILBERTO MONTIBELLERI

Membro

AGRADECIMENTOS

À minha avó, Darci Ferreira Machado da Cunha, pelo incentivo e a atenção, sem os quais não seria possível a realização do presente trabalho.

Aos amigos Daniel, Marcos, Paulo e Leandra, pela ajuda nos momentos mais difíceis.

Ao professor Fernando Seabra, pela compreensão e apoio.

À minha irmã Jacqueline Silva da Cunha, pela paciência e renúncia.

Ao professor Gilberto Montibeller, pelas sugestões.

À coordenação, Mauro e Neusa, pelos serviços prestados.

Dedico a realização deste trabalho em homenagem à memória de meu pai,
Nilson Pereira da Cunha.

PARAÍSO AMEAÇADO

O fogo pode mais do que a mata

O carvão ameaça denegrir o monte pascoal

A desordem urbana desafia o patrimônio histórico

A pobreza avança sobre o mangue

A estrada invade a praia

Os automóveis não respeitam limites

As barracas e o lixo crescem em direção ao mar

A fúria loteadora chega a caraíva

A lagoa era azul

Entre a ajuda e trancoso os ônibus atropelam a vida

O barco trancoso pode afundar

A “Broduei” instala-se no coração do trópico

A banana boat substitui a canoa e a caravela

Na corôa vermelha a favela é marrom

Os índios sobrevivem com o que restou

O turismo ainda não encontrou seu rumo

Vende-se tudo

Viva o Povo Brasileiro.

Autor desconhecido

RESUMO

A ocupação do solo e seu uso tem sido um fato polêmico. As leis que permitem a sua ocupação não tem sido obedecidas, causando grandes transtornos à natureza em lugares indevidos.

O processo de uso e adensamento do solo tem ocorrido sem uma regulamentação séria, desprovido dos requisitos necessários a uma atuação eficiente, ou seja, tem ocorrido de forma desordenada.

As más condições em que se dão as construções na praia dos Ingleses é um motivo que despertou na pesquisadora o interesse para um estudo de quais áreas são prejudicadas, quem é prejudicado e como se desenrola o processo de forma geral.

A pesquisa abrangeu o balneário dos Ingleses, incluindo Capivari e a praia do Santinho. Aspectos gerais foram considerados, desde a questão de fornecimento de energia elétrica a questão ambiental.

A análise da ocupação foi feita através de entrevistas com as pessoas inseridas no contexto estudado, bem como através da observação da ocupação ocorrida, registrada em fotos.

SUMÁRIO

Resumo.....	07
CAPÍTULO 1 – O Problema.....	08
1.1 Introdução.....	09
1.2 Objetivos.....	09
1.3 Metodologia.....	10
CAPÍTULO 2 – A Urbanização no Capitalismo.....	11
2.1 A Cidade.....	11
2.2 Espaço Geográfico.....	13
2.3 A Especificidade Histórica.....	15
2.4 Paisagem Urbana.....	15
2.4.1 Elementos da paisagem.....	16
2.5 O Uso do Solo Urbano.....	17
2.5.1 O valor de uso, valor de troca e a teoria do uso do solo urbano..	17
2.5.2 As localizações.....	18
2.6 O Espaço e seu Valor.....	19
2.7 Como Pensar a Noção de Cidade?.....	20
2.8 Campo de Lutas.....	21
CAPÍTULO 3 – Ingleses: histórico e evolução.....	23
3.1 Histórico.....	23
3.2 Terrenos de Marinha.....	27
3.3 Ingleses Hoje.....	29
CAPÍTULO IV – A Ocupação do Solo em Ingleses.....	30
4.1 Falando de Turismo.....	30
4.2 Questão Ambiental e Problemas Atuais.....	33
4.3 Problemas Atuais e Papel do Estado.....	37
CONCLUSÃO.....	39
Referências Bibliográficas.....	41

CAPÍTULO I

O PROBLEMA

I.1. INTRODUÇÃO

O uso e a ocupação do solo vem sendo uma questão polêmica e está abrangendo cada vez mais o espaço social. As áreas denominadas de balneários são pontos estratégicos e verdadeiros destaques de beleza no norte da Ilha de Santa Catarina que, com o passar da década de 80 para cá, vem sofrendo os fortes impactos sócio-ambientais devido à rápida ocupação.

Os proprietários fundiários, os corretores de imóveis, empresários ou incorporadores de rendas vindas da venda da terra são indivíduos que negociam e buscam o lucro baseado na exploração do solo, mas não se preocupam com a sua preservação ambiental, causando-lhes sérios prejuízos à custa de uma obtenção de ganhos cada vez maiores.

Para entender o espaço urbano há uma abordagem sobre a cidade, suas diferentes formas de análise geográfica são importantes para uma compreensão do estudo em questão. Por outro lado, o espaço urbano como qualquer outro objeto de estudo, pode ser abordado segundo um paradigma de consenso ou de conflito pois, os agentes que produzem e consomem espaço possuem ações complexas, devido à dinâmica de acumulação de capital, às necessidades que mudam na reprodução das relações de produção e os conflitos de classe que surgem dessas ações.

A determinação do preço do solo supõe um mecanismo de uma produção capitalista da habitação mercantil, de uma divisão econômica e social capitalista do espaço e a superposição a esta última de um espaço jurídico, o da propriedade privada. O aumento populacional na

área estudada, a Praia dos Ingleses, foi tão acelerado nos últimos anos que a praia tornou-se uma cidade.

Há uma análise das desigualdades sociais que demonstram as formas de apropriação, expressas no parcelamento do solo urbano e conseqüentemente, nas formas de uso. Estas últimas são inseridas de formas diferentes na paisagem: morros e dunas. Desde os morros da localidade de Capivari até a Praia do Santinho e suas maravilhosas dunas ou encostas (Aranhas), a ocupação já está instalada.

1.2 - OBJETIVOS

1.2.1 – Geral

Analisar a evolução do uso e ocupação do solo no norte da Ilha de Santa Catarina.

1.2.2– Específicos

- Estudar o caso do Balneário de Ingleses e o Projeto Costa Norte, na Ilha de Santa Catarina, no período de 1980-1998.
- Verificar os efeitos ambientais da ocupação do solo no norte da Ilha de Santa Catarina.

1.3 - METODOLOGIA

Para que sejam alcançados os objetivos deste trabalho será utilizado o método de investigação de base conceitual através do estudo de alguns autores, conforme bibliografia referente aos assuntos pertinentes à ocupação do solo urbano.

A coleta, preparação e análise de dados estatísticos são a etapa metodológica que diz respeito ao estudo de caso do balneário dos Ingleses e dos outros balneários comparados em questão, além de pesquisa de campo realizada com os habitantes locais, na forma de

questionário. Foram efetuadas um total de 20 (vinte) entrevistas, com donas de casa, comerciantes, corretor de imóveis, funcionários públicos, pescador, aposentado, profissionais liberais, etc (em Ingleses e Santinho), nos meses de dezembro de 1998 a março de 1999.

Os meios secundários de obtenção de dados também serão utilizados, como: artigos de revistas, jornais e outros trabalhos publicados sobre o assunto.

Haverá a tentativa de se construir algumas conclusões sobre o assunto baseando-se nas teorias estudadas sobre o solo e sua ocupação.

CAPÍTULO 2

2. A URBANIZAÇÃO NO CAPITALISMO

2.1 - A CIDADE

O lugar onde vivemos possui uma diversidade a partir de hábitos, costumes e cultura particulares que originam bairros diferenciados. Esses bairros formam a Cidade. “A cidade é a submissão do homem às necessidades de reprodução do capital, onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e lazer” (Fani, 1997).

A cidade tem uma capacidade de produção dentro do capitalismo que é muito diferente do modo de urbanização da idade antiga. Na época, a cidade era o *locus* da política e da administração, do poder exercido, das elites dominantes. Mas a cidade mercantil diferenciava-se por ter um “caráter produtivo, ou seja, por passar a ser, de forma mais marcante, o lugar da produção de mercadorias” (Sposito, 1997, p.40). Era a primeira fase do capitalismo, no período mercantil, quando a cidade era o espaço da dominação do modo de produção e quando se deu a divisão social do trabalho. Segundo Sposito “o processo que observamos a partir do século XV é o de exportação do modelo urbano europeu, aquele das cidades-suportes para o desenvolvimento capitalista” (Sposito, 1997, p.41).

A vida das pessoas se modifica rapidamente, da mesma forma que a cidade. A reprodução desta última vai em ritmo acelerado, é um processo tão rápido que ao nos darmos conta aquele prédio já não existe mais ali, construíram um posto acolá, etc... e assim vai-se dando o aumento da infra-estrutura da cidade. Antigamente as pessoas se reuniam nas praças para longas conversas, hoje em dia muitas praças são transformadas em prédios, partes da cidade são vendidas, no mercado, como mercadorias. Engels já descrevia em 1845 a cidade de Londres:

“As multidões cruzam-se como se as pessoas não tivessem nada em comum, como se nada tivessem a fazer em conjunto, enquanto que a única convenção entre elas é o tácito acordo de que cada qual segue seu lado no passeio a fim de que as duas correntes da multidão não se atravessem uma à outra, criando um obstáculo recíproco. Mas para

além disso, ninguém se lembra de conceder ao outro um olhar que seja” (Engels *apud* Moretto, 1993).

O melhor exemplo da urbanização, em relação à Europa, foi o da Inglaterra, sendo o primeiro espaço de desenvolvimento pleno do capitalismo industrial. “No começo do século XIX a proporção de pessoas nas cidades de mais de cem mil habitantes era da ordem de 10%, sendo que quarenta anos depois era de 20% - aumento grande se comparado ao crescimento observado no século anterior para a Europa” (Sposito, 1997, p.49).

De acordo com Fani, é “...o tempo que dá a medida da vida e impõe o ritmo urbano...” assim Marx já dizia também que o homem é um operário e só se distingue do outro pela quantidade de trabalho (materializado em mercadorias) que é capaz de produzir. Dessa forma o homem passa a ser avaliado pela sua capacidade de “ter coisas”. O homem passa a ser visto, avaliado e respeitado a partir de uma aparência produzida. São os valores urbanos. O homem é entendido pelos aspectos exteriores e o que mede sua vida é o tempo de trabalho (a produtividade). É a sociedade urbana impondo os valores urbanos.

“ Existem papéis que assumimos ou nos são impostos pela sociedade urbana hoje” (Fani, 1997). O tempo vai impondo o ritmo urbano, assim o número de brincadeiras infantis nas ruas, por exemplo, diminui a cada ano que passa. Quase já não são vistas crianças nas ruas como antigamente ou como na nossa época (entre as décadas de 70 e 80).

Fani enfatiza que há um elemento importante quando paramos para olhar a cidade: a heterogeneidade entre modos de vida, formas de morar, usos dos terrenos da cidade por várias atividades econômicas. Há a favela nos terrenos onde não vigora a propriedade privada da terra quando não são terrenos públicos ou em litígio. Por outro lado, há apartamentos da classe média e os de alto padrão, há mansões em ruas arborizadas. É o contraste em função dos bairros da cidade. Até o movimento nas ruas é uma diferença entre os bairros: nos bairros nobres, onde reside a população de alta renda, as ruas são vazias. Já nos bairros populares as ruas são cheias de pessoas e movimento. Assim, “A desigualdade espacial é produto da desigualdade social, uma é consequência da outra” (Marx *apud* Fani, 1997). O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. No próprio processo de reprodução espacial se dá uma sociedade hierarquizada onde há a divisão de classes e se produz de forma socializada para consumidores privados. A cidade aparece como produto apropriado diferencialmente pelos cidadãos onde

são produzidas as lutas de classes e surgem os movimentos sociais urbanos pelo direito à cidade.

“A paisagem urbana e a cidade nos abrem a perspectiva de entendermos o urbano, a sociedade, e a dimensão social e histórica do espaço urbano” (Fani, 1997, p.23). A forma da paisagem urbana enquanto manifestação do espaço urbano, nos traz a reprodução de vários momentos da história. A paisagem é humana e dimensiona o que socialmente foi reproduzido pela vida do homem. “Além de ser uma expressão do trabalho social materializado é também expressão de um modo de vida” (Fani, 1997).

A cidade enquanto materialização do trabalho social, é instrumento da criação de mais-valia¹ ou, como queiram os capitalistas, lucro, ainda é condição e meio para que surjam relações sociais diversas. Assim, a apropriação se expressa através do uso do solo. O modo pelo qual esse uso se dará dependerá dos condicionantes do seu processo de produção. Na sociedade capitalista estará determinado pelo processo de troca que se dá no mercado pois o produto capitalista só pode ser realizado a partir do processo de apropriação, e, no caso específico, via propriedade privada.

“O processo de produção da cidade tem por característica fundamental produzir um produto que é fruto do processo social de trabalho, enquanto processo de valorização que aparece sob a forma de mercadoria, que se realiza através do mercado. Ou seja, a terra urbana é comprada e vendida no mercado imobiliário enquanto mercadoria”
(Fani, 1997, p. 28).

2.2 - Espaço geográfico

O homem produz muitas coisas dentro de sua existência e uma delas é o espaço. O espaço é um produto concreto, a cidade, o território, o campo, é uma forma que se apresenta como história e quando determinada, se concretiza. O espaço geográfico só existe após o território ser trabalhado e transformado pela ação do homem, caso ele não tenha sido influenciado por este, se situa apenas como espaço natural, sem intervenção humana.

¹ Mais-valia: é constituída pelos lucros líquidos, o juro e o rendimento. Em termos atualizados pode-se afirmar que a mais-valia constitui o ingresso dos proprietários dos meios de produção ou, em outros termos, que ela é a diferença entre o produto líquido e aquilo que é pago a título de ordenados e salários. Também aqui deve ser assinalado que em termos de valor - tal como Marx empregou este conceito - a mais-valia é um trabalho excedente, a parte da jornada de trabalho que sobrepassa o valor da força de trabalho.

“O espaço geográfico é, portanto, a expressão visível de como a sociedade está organizada.. Nele está espelhada a desigualdade das classes, a diferença de rendas, ou seja, “as marcas de como está distribuído o poder econômico e político”. (Adas, 1998, p. 7).

O produto espacial diante de uma sociedade de classes manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra , daí o desenvolvimento desigual das relações sociais, o que para Lipietz se denomina cidade capitalista, que se caracteriza por lugares específicos da produção manufatureira e ao mesmo tempo em lugares de comando dos negócios econômicos, financeiros e políticos. Por outro lado, há multidões proletárias, que só se alojam diante da reconstituição de sua força de trabalho para poder continuar a produzir. A habitação dessas pessoas é um “custo social de exploração, oposto àquela da burguesia e das classes dominantes, que é um meio de plenitude que conta como renda” (Lipietz, 1982, p.7). O processo de reprodução do espaço geográfico é determinado pela reprodução das relações sociais, fundamentada na divisão técnica e social do trabalho, tanto nacional como internacionalmente, no âmbito da formação econômico-social. Para Lipietz são duas consequências:

1. A divisão técnico-econômica do trabalho, ao nível das forças produtivas e das relações de produção, se desdobra em divisão técnico-econômica do espaço: aqui o porto, acolá os escritórios, além a habitação.
2. A divisão social do trabalho, que reina ao nível das relações sociais de produção se desdobra em divisão social do espaço: aqui a habitação dos patrões, ali dos engenheiros, acolá dos trabalhadores.

“Esta dupla estruturação se combina em uma divisão econômica e social do espaço, efeito sobre a sociedade urbana do total de instâncias da formação social. A separação das zonas de habitação e das zonas de emprego é uma operação política e ideológica que tem às vezes necessidade de medidas específicas do Estado”. (Lipietz, 1982, p. 8).

A intervenção estatal é um dos pontos que será tratado mais adiante pois não é só a população que decide sobre o que fazer com espaços de terra mas, o Estado é também analisado como instrumento de poder nas obras públicas, ele é o agente no processo de

organização do espaço urbano e intervém direta ou indiretamente nas construções e na comercialização de edificações.

2.3 - A Especificidade Histórica

Quanto mais recua na história, mais o homem é dependente das condições naturais. A partir do momento em que o homem começa a produzir ele muda as suas relações com o meio. "Ao mesmo tempo em que através do processo produtivo a sociedade produz sua existência, ela produz o espaço" (Fani, 1997, p.30). Em síntese, o espaço geográfico é o produto, num dado momento do estado da sociedade, portanto, um produto histórico. É resultado de uma série de gerações que através de seu trabalho acumulado tem agido sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o, tornando-o um produto cada vez mais distanciado do meio natural. Ou seja, "o espaço é um produto social em ininterrupto processo de reprodução" (Fani, 1997, p. 32). Para a autora, há uma necessidade de se pensar o processo de produção do espaço numa perspectiva de mudança e envolve a análise das desigualdades sociais que demonstram as formas de apropriação, expressas no parcelamento do solo urbano e consequentemente, nas formas de uso.

2.4 – Paisagem Urbana

A paisagem urbana tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial. Podemos perceber que as construções não são iguais do ponto de vista arquitetônico, datam de tempos diferentes, os próprios bairros são desiguais entre si e existem os mais novos e os mais velhos.

A Cidade diferencia-se por bairros, alguns com um grande processo de mudança. Mas cada bairro por si só não permite o entendimento da cidade em sua multiplicidade ou unidade. É através da paisagem urbana que podemos entender a natureza da cidade. O processo de reprodução espacial é percebido através dela. Além disso, a paisagem é uma reprodução da história. Assim como não é só produto da história também reproduz a história. Sob a aparência estática se esconde e revela todo o dinamismo do processo de existência da paisagem onde o

ritmo das mudanças é o ritmo das relações sociais. É a expressão visível de contradições sociais.

Essa paisagem é humana, histórica e social, existe e se justifica pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade. É um produto da transformação do homem social, do desenvolvimento das forças produtivas. Esse processo de produção e reprodução humano se materializa concretamente no espaço geográfico e é visto na paisagem através de construções, vias de comunicação, etc. ou seja, em sua manifestação formal: a paisagem.

A cidade é a paisagem humana ideal para se observar as desigualdades sociais.

2.4.1 - Elementos da paisagem

Primeiramente o que chama a atenção na paisagem urbana é o choque dos contrastes, das diferenças. Contrastes de tipo e diversidade de utilização da cidade: usos do solo (Fani, 1997). As pessoas exercem, em função da divisão social do trabalho, uma série de atividades, desencadeando uma disputa de usos. Depois vem a concentração como segundo aspecto, a cidade aparece como uma concentração de construções, de gente em movimento e há uma dinâmica em atividades de acordo com as necessidades sociais ligadas ao processo de reprodução do capital.

A aglomeração é um fenômeno onde a cidade aparece como que fundamentada numa complexa divisão espacial do trabalho. Ela visa o processo de produção norteado pelo trabalho assalariado, pela socialização do trabalho, pela concentração dos meios de produção e pela apropriação privada. Diante do modo de produção capitalista, a rede urbana tende a formar grandes aglomerados urbanos (metrópoles), espaços de concentração de capital, "essas aglomerações geralmente exercem o papel de elo de ligação com os pequenos centros" (Sposito, 1997, p. 54).

As relações contraditórias entre o capital e o trabalho estão fundamentadas na apropriação que se expressa juridicamente na propriedade privada do solo que se manifesta nos usos diferenciados. São os diversos modos de apropriação do espaço que vão pressupor as diferenças de uso do solo e a competição que será criada pelos usos.

2.5 – O Uso do Solo Urbano

O uso do solo urbano, na sua forma de ocupação, é disputado por vários segmentos da sociedade de uma forma diferenciada onde surgem conflitos entre indivíduos e usos, porém são conflitos que serão orientados pelo mercado, mediador das relações de produção na sociedade capitalista.

O uso do solo classifica-se fundamentado nos setores de atividades industrial, comercial e residencial. Esta classificação parte das relações sociais de produção, e é importante que o estudo do solo esteja vinculado à teoria do valor, visto que se paga um tributo para fazer uso de parcela do espaço.

2.5.1 - O valor

Valor de uso, valor de troca e a teoria do uso do solo urbano

Antes é importante lembrar que a circulação do modo de produção capitalista (por volta do século dezessete) foi transformada. “Antes o objetivo era obter as mercadorias necessárias (valores de uso), depois o fim da circulação era o dinheiro, assim a mercadoria passava a valer enquanto valor de troca (no qual estava também embutido o seu valor de uso)” (Sposito, 1997, p.35). O dinheiro era apenas, meio de facilitar as trocas, era “o equivalente geral e permitia que cada uma das partes interessadas na troca não se visse obrigada a consumir as mercadorias da outra” (Sposito, 1997, p.35).

Os conceitos de valor de uso e valor de troca assumem significado em uma situação especial e uma teoria adequada de uso do solo urbano requer uma síntese desses dois aspectos, de tal modo que a teoria do valor seja fundamentada na unidade entre valor de uso e valor de troca.

A síntese dos dois aspectos nos remete ao processo social de troca de mercadorias no sentido que Marx concebeu para ele. Significa estudar o caráter geral das relações espaciais de produção e o monopólio de certas pessoas em parcelas do espaço geográfico como propriedades privadas onde ao mesmo tempo que exclui os demais membros da sociedade, determina como a propriedade será utilizada e qual a classe social que irá desfrutá-la. Daí termos a segregação espacial, ou seja, a diferenciação de classe, de seu poder econômico,

político e social. “ A segregação espacial da moradia e dos serviços deriva, não resta dúvida, da renda de seus moradores” (Adas, 1998, p.559). E é a classe dominante que controla o mercado de terras urbanas através da incorporação imobiliária e da construção civil, dessa forma ela “fabrica” a produção de espaços urbanos com loteamentos periféricos e forma a segregação das classes menos privilegiadas ou *segregação imposta*, quando o cidadão de baixa renda não tem opção à terra bem localizada e a sociedade capitalista lhe impõe valores de uso diferentes para cada área de terra. Do outro lado, está a *auto-segregação* que mostra as condições das classes de maior renda, ou seja, estas podem escolher as melhores localidades para morarem, são os “privilegiados”.

Diante da escolha de um pedaço de terra, existem alguns fatores que determinarão a formação de preço do solo como a localização do terreno, por exemplo, que é fundamental e é considerada um ponto de partida, pois determina o bairro onde localiza-se o terreno. Os demais são aqueles que designam as imediações e, por conseguinte, o acesso aos lugares considerados privilegiados como: shopping, escolas, serviços de saúde, etc.

Outro fator é a infra-estrutura como: água, luz, esgoto, telefone etc..., além dos fatores relacionados ao relevo que se refletem nas construções. São fatores que influem no preço do terreno, pois, a falta de instalação elétrica, de rede de canalização de água pode ser um obstáculo para o comprador, e com a existência de infra-estrutura o preço da terra aumenta.

Assim, quem compra paga a localização, a infra-estrutura e a privacidade, visto que através da análise desses fatores, é que o interessado na terra vai poder avaliar as possibilidades e os custos da construção que ele pretende.

2.5.2 - As localizações

Há classes distintas em locais distintos. As de maior renda moram em melhores áreas, com terrenos mais amplos e maiores possibilidades de lazer, e as de menor renda habitam nas piores áreas, não ocupadas pelas classes privilegiadas. A periferia, onde os terrenos são mais baratos, também é ocupada pela população de baixa renda e devido à ausência de infra-estrutura, geralmente tem construções realizadas em multirão. Há também as favelas, estas são ocupadas por pessoas que não tem a possibilidade de realizar uma construção nem mesmo em multirão, e que cujos terrenos são públicos.

O processo de reprodução do capital é que vai indicar os modos de ocupação do espaço pela sociedade, sustentado nos mecanismos de apropriação privada. “Enquanto uso do solo para processo de reprodução do capital, o espaço aparece como capital fixo mas como uso para reprodução da vida, é meio de consumo coletivo” (Fani, 1997, p. 49).

2.6 - O Espaço e seu Valor

A terra urbana, enquanto parcela do espaço, tem valor (de uso e de troca). Há compra e venda de terra urbana mediada pelo mercado, seja em função de sua utilidade, da perspectiva da valorização do capital ou pela comercialização da terra.

O espaço geográfico nasce do processo de construção material da sociedade, no processo de trabalho. Ele é produzido pelo processo de trabalho. Daí surge o espaço hierarquizado, que é um lugar construído como condição para a produção e para a vida, e ao serem construídas, essas condições produzem um espaço hierarquizado (Fani, 1997, p.52). São fábricas, redes de transportes, ruas, praças, playgrounds, parques, estacionamentos, etc., é um lugar diferenciado, dividido. Na realização desse espaço surge um novo processo, o contexto muda à medida que o processo histórico avança. É o produto e sua reprodução. Na reprodução cria-se um novo momento pois o espaço se reproduz constantemente, ele já não é aquele mesmo espaço de antes, pode se tornar útil para uma outra finalidade.

O solo urbano enquanto mercadoria, tem um valor que se expressa através da localização. O preço de cada terreno da cidade é determinado pela sua localização nela. Há um determinado valor de uso atribuído a determinado espaço de terra, a proximidade da natureza ou a criação de áreas de lazer influem muito na opção pela moradia, entre as classes de renda média e alta. Dessa maneira, o poder aquisitivo traz maiores possibilidades de escolha para quem o detém. É uma produção espacial que confere valores de uso diferentes, de onde surge a segregação. Esta se baseia no fato de que o espaço geográfico relaciona-se fortemente na produção de relações específicas, implicadas em relações jurídicas, na propriedade privada (processo de apropriação) e que se concluem no mercado. As formas de acesso diferenciados determinam a segregação. Podemos até comparar dois tipos de moradias:

- 1) Classes de renda média e alta (localizam-se longe da metrópole e mais próximos da natureza).

2) Loteamentos na periferia que tem preços menores (população de baixo poder aquisitivo).

Logo, o preço do solo urbano é resultado de onde este localiza-se como terreno urbano em toda a cidade. Mais adiante, precisamente ao falarmos na ocupação do solo em Ingleses, há algumas entrevistas com pessoas da região e pode-se perceber claramente a diferenciação entre as classes e suas respectivas localizações.

2.7 – Como Pensar a Noção de Cidade?

São duas as características proeminentes e vinculadas à cidade: a aglomeração e a concentração. A análise da cidade implica na concentração da população. E tudo o que envolve a relação produção/mercadoria implica em infra-estrutura, mão-de-obra, trabalhadores, ou seja, carros, gente, movimento, uma aglomeração. “O desenvolvimento do modo de produção capitalista dentro do espaço implica a tendência não somente para a aglomeração populacional (força de trabalho, superpopulação relativa) como também de meios e unidades de produção, o que leva a uma profunda divisão espacial do trabalho pelo mercado em expansão” (Fani, p. 75). Dessa forma, o urbano é resultado do movimento das forças produtivas, da aglomeração. O espaço urbano do ponto de vista capitalista, faz da cidade o *locus* da produção, a concentração tanto de pessoas como de mercadorias, onde está a divisão técnica e social do trabalho.

É importante lembrar que a rede de comunicações é de fundamental importância na realização do valor pois ele só ocorre se a mercadoria chegar até o consumidor. O cidadão tem acesso a informações sobre mercadorias que ele almeja comprar através de canais especiais e exclusivos para exibição de produtos. É a concentração dentro da cidade se manifestando nas comunicações, a distância que separa a empresa do mercado sendo solucionada através de uma rede de comunicação.

É importante também considerar o aspecto de morar, habitar e viver num determinado lugar. Segundo Fani o modo de vida urbano, sob o capitalismo, impõe disciplina. A contradição entre as classes se mostra nitidamente no que se observa, é só prestar atenção no

tipo e material de construção das casas, o tamanho, enfim, “o acesso à habitação e aos meios de consumo coletivo são diferenciados” (Fani, 1997, p.78). É uma contradição pelo contraste entre riqueza e pobreza, a velha luta de classes das relações de produção. O que é cada vez mais socializado ao mesmo tempo é apropriado de forma privada (a diferença dos bairros exemplifica bem isso). E na decorrência desse processo de desenvolvimento da sociedade, quanto maior o desenvolvimento desta, maior também são as diferenças de classes, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Nas formas que o espaço urbano produz “o que está em jogo é o processo de produção da cidade e sua apropriação do espaço para determinado uso” e “seu uso será determinado pelas necessidades de reprodução do capital, ainda que este apareça travestido, sob a forma de necessidades da sociedade em geral” (Fani, 1997, p.80). O solo sofre profundas transformações nas contradições do processo de reprodução espacial e seu uso é feito ou pela necessidade de uso ou pela utilização da terra como reserva de valor. A história mostra que a diferenciação dos usos espelha a divisão técnica e social do trabalho e sua devida manifestação espacial.

2.8 – Campo de Lutas

É principalmente nos países subdesenvolvidos que o capitalismo pesa mais para o trabalhador e a característica principal do capitalismo se baseia no individualismo, o que mostra porque o trabalhador é tão sacrificado, pois o processo de acumulação ocorre às suas custas, dependendo de todo o seu esforço e sua produção. A alienação se manifesta claramente pelo fato de não poder o homem viver seu lado humano plenamente e ter que se submeter às regras da propriedade privada. O espaço é uma realidade contraditória visto que o “espaço geográfico se cria como produto histórico e social a partir da contradição entre uma produção socializada e uma apropriação privada” (Fani, 1997, p.84). Pela existência o homem acaba transformando sua vida, para existir ou subsistir ele produz, troca, consome, há todo o processo de circulação envolto nisso, há toda a engrenagem da reprodução do capital.

O Estado contribui para a reprodução do capital e gera conflitos para a sua realização, mas não é capaz de eliminar as contradições que o capitalismo cria, apenas as ameniza de forma que a sociedade concorde que a vida só existe com as necessidades da dinâmica da acumulação. Mas será que o homem pode pensar na liberdade e na possibilidade de

transformação da cidade? Os movimentos sociais urbanos se preocupam com a luta por melhores condições de vida da população pobre, pelos seus direitos à terra e em solidariedade se manifestam juntos porque dependem do contato social e em grupo com seus semelhantes. Eles são importantes na medida em que convençam políticos a atuarem com mais democracia nas transformações sócio-econômico-espaciais.

Faz-se fundamental “superar a contradição da lógica do atual sistema entre valor de uso e de troca” (Fani, 1997,p.89), um novo urbano precisa surgir, fruto de novas relações entre as pessoas e realizadas em função de novos valores. Nessa luta, nessa contradição o espaço urbano reage, as pessoas tentam modificar as relações dominadas pelo capital mas já aconteceram massacres, violências que não são necessárias, o ser humano tenta mudar a qualidade de vida mas a política é mais forte, às vezes até conseguem alguma mudança (com muito sacrifício) mas em relação ao uso da terra geralmente suas tentativas são decepcionantes. É preciso mudar essa história, precisamos poder contar uma história melhor a nossos sucessores, o novo urbano não é fácil de ser construído, parece cada vez mais difícil.

Para analisar o aspecto urbano discutido, a pesquisadora fez um estudo de caso e a localidade escolhida foi o Balneário de Ingleses, devido à rápida ocupação que o local sofreu em seus últimos anos, mais precisamente da década de 80 até os dias atuais.

CAPÍTULO III

3. INGLESES: HISTÓRICO E EVOLUÇÃO

3.1 - Histórico

O Distrito de Ingleses do Rio Vermelho, localiza-se ao norte da Ilha de Santa Catarina, distante 28 km do centro urbano de Florianópolis, com área estimada em 23,3 km², sendo que dele fazem parte a praia de Ingleses, a Praia Brava e a Praia do Santinho, e as localidades de Capivari e Aranhas. O Distrito teve origem a partir de um decreto¹ de 11/08/1831.

Segundo Várzea (1985), foi denominada Praia dos Ingleses por haver ali naufragado um grande navio inglês, devido um forte temporal (lestada), no início do século XVII. Entre os passageiros e a tripulação que ficaram encalhados em frente à Ilha Mata-Fome e que se salvaram, alguns permaneceram no local e até formaram família, onde trabalhavam na pesca e nos serviços rurais.

A localização de Ingleses era o alvo de reconhecimento às embarcações que chegavam ao Norte da Ilha de Santa Catarina.

A paisagem dos Ingleses sempre foi elogiada pelos cronistas no início do nosso século, como uma promissora estação balneária da capital com o mar sempre “bonançoso”.

A atividade proeminente era a pesca e todos se dedicavam, até mesmo as senhoras e crianças, auxiliando a puxar a rede para a terra. Nos anos sessenta e setenta, a maior parte da população, em Ingleses, estava trabalhando na atividade pesqueira e atualmente ainda é elevado o número de trabalhadores dedicados à essa atividade. Mesmo com as mudanças ocorridas em termos sócio-espaciais no balneário, desde os anos oitenta, com o crescimento turístico (outras atividades surgiram e a pesca já não era tão proeminente como antes), a atividade pesqueira ainda permanece como importante fonte de renda para a população fixa.

¹ Lei Orçamentária de 1831-1832 (Regime Imperial).

No início do século, era comum o acesso aos Ingleses ser feito tanto pelo mar como pela terra, pela terra as carruagens e montarias eram o modo de chegar ao destino.

“A praia fica a leste da ponta norte da ilha. É a mais oriental. Tem cerca de uma milha e meia, confinando a Oeste-noroeste com a Ponta do Rapa, terminando em uma elevação de mais de 190 metros de altura. A localidade limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul, com São João do Rio Vermelho, a Leste, com o Oceano Atlântico e a Oeste, com a Cachoeira do Bom Jesus” (Florianópolis, Guia, 1993).

A praia caracteriza-se pelo predomínio de extensas áreas de dunas, numa superfície que se estende até a praia do Santinho, acompanhada de uma vegetação secundária onde a altura das dunas varia em blocos de 5 a 8 metros de altura.

No começo da década de sessenta, a população de Ingleses era de baixa densidade. Esse contexto já era de âmbito nacional pois, no país, ocorreu grande mobilidade populacional das áreas rurais para as urbanas nessa época. No começo dos anos oitenta é que o quadro foi se modificando, houve um crescimento de 33,68% na população dos Ingleses em relação à década anterior, segundo o Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O Censo Demográfico posterior foi realizado em 1991, com dados que surpreenderam devido à grande mobilidade populacional que ocorreu nos Ingleses. Foi um processo que reflete as mudanças que ocorreram na área social e econômica de Ingleses. É importante também associar essa modificação sócio-espacial de Ingleses à integração espacial ao núcleo urbano central, através da pavimentação do asfalto. Anteriormente, os moradores de lá viviam isolados pois o acesso era difícil.

“A Indústria da construção civil e o setor de serviços , a partir do início da década de oitenta, experimentaram expressiva expansão das suas atividades, em toda Costa Norte da Ilha e particularmente, em Ingleses, em decorrência do afluxo de veranistas e de turistas” (Moretto, p. 147). De vila de pescadores para balneário, Ingleses teve uma rápida transformação, o aumento do valor do solo implicou na migração de muitas famílias dali para outros locais distantes da praia e até mesmo para o núcleo central de Florianópolis, daí começou a perceber-

se que a expansão urbana fez de Ingleses um espaço invadido, totalmente modificado. O processo de ocupação do solo de 1978 até os últimos anos desmatou muitas áreas verdes e retirou boa parte das dunas. As construções foram aumentando em um ritmo acelerado e a especulação imobiliária vem sendo cada vez mais abrangente. Ou seja, pescadores e agricultores foram cedendo suas terras, vendendo-as a veranistas, turistas e investidores. O desmembramento gradativo de áreas ocorreu sem aprovação da Prefeitura Municipal e tão pouco sem um Plano de Ocupação dentro do Planejamento Urbano desse órgão. É uma questão muito polêmica porque o nativo não tem a noção de um Plano Diretor de Urbanização e nem sequer foi chamado pelo órgão competente para discutir o assunto, pois a Prefeitura Municipal de Florianópolis não se manifestou, de forma que para ela até era melhor que as construções continuassem assim, causando uma relação de dependência para a comunidade, sem ordem, com interesses. Ou seja, o capital dominou, quem tinha dinheiro comprova a terra.

O autor Moretto ressalta bem essa questão e diz que “a grande contradição sócio-espacial desse processo é a destruição da natureza, principal mercadoria do espaço local”(Moretto, p.152).O que explica esse processo para Moretto é a irracionalidade na ocupação do território não só pela iniciativa de nativos, como de veranistas e investidores.

O Estado também atua no processo de ocupação do solo no balneário de Ingleses, ele tem a função de regulação e coordenação das ações entre os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano. A praia foi ocupada por pessoas de maior poder aquisitivo, que compraram o terreno com o interesse de veraneio.

Existe um padrão urbanístico elitista na Praia dos Ingleses em que não é todo agente social que pode interferir, como por exemplo, “o projeto Costa Norte que é área de um especial interesse turístico, um projeto com decreto nº 86176 de 06 de julho de 1981 e que é ideal ao veraneio familiar” (May, 1995, p. 70). O Projeto Costa Norte – Empreendimentos Imobiliários, localiza-se entre os morros dos Canudos e da Cachoeira ao Norte e Oeste, o arroio do Capivari ao Sul e o Oceano Atlântico a Leste, ocupando um área de 1.220.000 m², ou 24% do território de Ingleses (Moretto, 1993, p. 156). Para Moretto, o que caracteriza em linhas gerais, o Projeto Costa Norte, são:

- a) A preservação do cordão de dunas, dentro dos limites da área do projeto;

- b) a implantação e pavimentação de amplas vias de circulação, de áreas de estacionamento coletivo;
- c) a observância de critérios de ocupação vertical e horizontal;
- d) a implantação de sistemas privados de captação de água potável e de águas servidas;
- e) redes de distribuição de energia.

Segundo essas características, o projeto estaria dentro de critérios de sustentabilidade espacial. Entretanto, “ a observância exclusiva de alguns aspectos físicos de um projeto, não garante a sustentabilidade sócio-espacial da ecoregião” (Moretto, 1993, p.157). De acordo com Moretto, o processo de adensamento do uso do solo, na área do projeto Costa Norte, iniciou a partir da década de oitenta, lentamente e de maneira organizada, com construções de Condomínios Residenciais, caracterizando a determinada área como “ área de reserva-processo esse que vem repercutir diretamente no valor de troca da terra como mercadoria” (Moretto, 1993, p. 158). O valor de troca acrescido para a área construída dá-se em função da proximidade da orla marítima e o privilégio de contemplar a paisagem de andares superiores, este valor de troca tem acréscimos em torno de “ 10 a 20% em média” (Moretto, 1993, p.160). Quem se apropria monetariamente desse acréscimo é o proprietário do imóvel.

Em função do progressivo adensamento no uso do solo na praia dos Ingleses, cresce o consumo de água potável, energia e aumenta o volume de lixo. A natureza ao mesmo tempo em que é o palco de tanta atração, também é vítima. Se a diversificada paisagem natural do espaço local é o atrativo à comercialização das construções residenciais, ao mesmo tempo ela é a mais atingida em todo o processo.

O planejamento urbano não corresponde às expectativas e necessidades da população local, e a melhoria em transportes e infra-estrutura urbana tem o objetivo de atender mais aos visitantes do balneário do que à população que na praia reside ou é nativa.

Há áreas mais periféricas em Ingleses, ocupadas por invasores (favelados, por exemplo), e há os empreendimentos hoteleiros que às vezes também ocupam áreas de

preservação permanente, ou seja, áreas proibidas para construção, sem viabilidade, levando o local a uma intensa degradação de seu ambiente. As Áreas de Preservação Permanente devem permanecer livres de qualquer edificação ou benfeitorias.

Existem também os Terrenos de Marinha, situados em toda orla marítima, que são de fundamental importância para a população em geral, que deveria utilizá-los para lazer e acesso às praias, assim como para proteção de ecossistemas litorâneos em busca do desenvolvimento e preservação de espécies que ali vivem.

3.2 – Terrenos de Marinha

Há um estudo de análise da ocupação predial em terrenos de marinha utilizando técnicas de sensoriamento remoto que junto às cartas topográficas produzidas pelo IBGE e pelo IPUF e unidos ao mapa político do município produzido pelo IPUF, ajudaram na pesquisa para localização e apoio cartográfico às fotografias aéreas e seus produtos (overlays) para saber como se deu a ocupação predial em Ingleses, porém, “não houve uma detecção eficaz da expansão da ocupação predial e partiu-se então para a foteointerpretação e a confecção de overlays das fotografias aéreas disponíveis” (Zimmermann, 1998, p.77).

Na análise do Overlay de 1938 a ocupação próxima ao costão do Morro do Santinho, limitava-se a 4 edificações, ou seja, ranchos para canoas. Próximo à igreja, a ocupação atingia 12 edificações, que pelas características analisadas, tais como distância das mesmas à praia e localização, conclui-se que apenas uma edificação era rancho para canoas e as demais, residências dos pescadores. A ocupação se dava ao longo da estrada do Rio Vermelho, atual Rua Dom João Becker, paralela à praia, não havendo ocupação do restante da área.

Na análise do Overlay de 1957, passados 19 anos, a ocupação próxima ao costão do morro do Santinho apresentou 7 edificações que provavelmente eram ranchos para canoas.

Próximo à Igreja, a ocupação já era de 24 edificações. No restante do trecho as edificações aumentaram de 12 para 40, prováveis residências. A ocupação delimitava além da Rua Dom João Becker, haviam aberturas de novas ruas perpendiculares à esta, e no acesso

para a Praia do Santinho já havia ocupação predial para o interior da região.

Nova análise, desta vez Overlay de 1978, passados mais 21 anos, a ocupação do litoral e do interior aumentavam gradativamente. Nas proximidades do costão, já haviam 12 edificações. Estas edificações iniciaram-se no sentido costão/igreja, ocupando áreas de dunas móveis. “O número de edificações nas proximidades da igreja, já atingia a 53, um aumento de aproximadamente 121%”(Zimmermann, 1998, p.79). Para o restante do trecho, houve um aumento para 200 edificações ocupadas no litoral e no interior, havendo até aberturas e melhoramentos de novas ruas.

O Overlay de 1993 mostra uma ocupação depois de mais 15 anos, onde chega-se a 40 edificações, ou seja, um aumento de 300%. Houve uma diminuição da faixa de praia e a distância da Igreja até as pedras é de 28 metros e até a orla marítima nos dias de marés de Sízígia é a mesma (28 metros), e nas outras marés (de quadratura) a distância é de 33 metros. Estas distâncias diminuíram desde 1978, o que comprova a teoria dos movimentos marinhos, ou melhor, o avanço do mar sobre a praia. Só onde está a Igreja, as edificações aumentaram para 51 unidades e nas proximidades o número subiu para 200 edificações.

Muitas edificações deixaram de ser residências simples e deram lugar a edifícios com vários apartamentos, sobretudo nas áreas próximas do mar, só que estes, em sua maioria, são ocupados mais no período de veraneio (geralmente ficam lotados) e do mês de março em diante começam a ficar vazios, exceto os que tem moradores fixos. É um investimento de temporada, muitos apartamentos são alugados para turistas, o que quer dizer que o maior fluxo de capital para esses investidores vem nessa época. O retorno de seus investimentos se sobressai nesse período, a partir de março o número de visitantes cai consideravelmente. É uma situação de característica sazonal, no período de verão é que se dá o retorno do capital investido para temporada, fora dela ocorre o fluxo de moradores e alguns poucos turistas que resolvem visitar a praia na baixa temporada, depois de janeiro e fevereiro.

Conforme Zimmermann, há uma observação importante: “ é que a Praia dos Ingleses, sendo uma praia muito procurada por turistas, principalmente argentinos, tem seus terrenos muito valorizados, motivo que levam alguns ocupantes a procurar o SPU (Serviço do Patrimônio da União-SC) para requerer a ocupação”(Zimmermann, 1998, p.81) , e em outras

praias devido ao pouco movimento turístico, as ocupações inscritas no SPU e regulares são na média de 20%, ou seja, as demais ocupações (80%) são irregulares.

3.3 – Ingleses Hoje

Atualmente a Praia dos Ingleses é uma das mais urbanizadas de Florianópolis, oferece diversos tipos de serviços, com infra-estrutura para sustentar um amplo número de turistas, embora o número de turistas no verão seja exorbitante e a infra-estrutura não esteja adequada conforme deveria. Há atrativos desde a tradicional pesca (muitos turistas chegam a bater fotos segurando o peixe para exibicionismo, como se tivessem sido os autores da pesca) e do artesanato, até os shoppings, boutiques, bares, restaurantes, casas de jogos eletrônicos, e outros mais.

Hoje em dia, a urbanização está cada vez mais expansiva na Praia dos Ingleses. O autor Paulo Lago coloca em relação às áreas de APP que: “muitas vezes essas áreas são liberadas para as construções da elite, devido à pressão política que é feita em cima do setor da prefeitura” (Lago apud Trilha, 1998: p.14). Nos tempos atuais, há muitos clandestinos se espalhando ao redor das dunas. As ameaças ao meio ambiente de Ingleses estão materializadas na retirada contínua de areia dos seus cordões de dunas, aterro dos mangues, problemas crescentes gerados principalmente pela renovação imobiliária do espaço local onde a comercialização das terras existe sem a implantação da infra-estrutura básica compatível.

Antes, para construir não havia lei, primeiro se construía, depois se via como ficava. Hoje, as construções até são regulares, obrigadas a seguir as normas do atual Plano Diretor, mas não estão descartadas as falcaturas, os clandestinos, as favelas, a irregularidade contínua.

4. A OCUPAÇÃO DO SOLO EM INGLESES

Segundo os entrevistados, a ocupação na Praia dos Ingleses ocorreu de forma desordenada. A falta de um Plano Diretor atuante é um dos maiores problemas e não se pode nem cobrar de quem construiu irregularmente, pois se existe um Plano Diretor “ tá na gaveta dos caciques”. O município não pode cobrar de quem constrói irregularmente, onde a Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina) coloca os postes de luz, vai-se construindo e chegam a ter que fazer curva na estrada para poder passar o poste. “ O intendente é praticamente nulo, não faz nada” (entrevista).

A construção de uma via à beira-mar é desejo dos moradores, principalmente na localidade do Santinho. Porém, para isto há que se remover as dunas, envolvendo o IBAMA (Instituto Brasileiro de Amparo ao Meio Ambiente), e muitas casas tem que ser retiradas da estrada. Implica em mais uma construção de frente para a orla marítima, que já não comporta mais quaisquer tipo de obra, já que as casas estão construídas irregularmente, muito próximas do mar.

A ocupação na Praia dos Ingleses vem sendo um problema cada vez mais agravante, trazendo a devastação das áreas de preservação e comprometendo a paisagem natural. Numa rápida mudança, Ingleses se tornou uma cidade. Mas uma cidade descuidada, precisando de ordem, de uma fiscalização maior da Prefeitura em relação às obras que são empreendidas ou aos casebres que são levantados.

4.1- FALANDO DE TURISMO

Nas décadas de 80 e 90, diante de um processo de fragmentação da terra, em Florianópolis e inclusive na Praia dos Ingleses, o autor Peluso “refere-se à expansão da atividade turística como condicionante principal de transformação da terra em mercadoria, nas áreas dotadas de recursos naturais privilegiados e aponta a consequente irracionalidade presente na racionalidade econômica que busca o lucro imediato e compromete a vida futura” (Peluso *apud* Moretto, p.122). Com uma relevante expansão imobiliária há um repetitivo

adensamento do uso do solo, uma comercialização intensa da terra, a expansão da atividade turística ocorre de maneira ascendente.

A propriedade privada da terra cresceu com as melhorias das rodovias para o norte da Ilha, através da modernização das rodovias a concretização do processo de realização privada se manifesta, a partir do momento em que muitos compradores de terra adquiriram propriedades de pescadores, a nível sócio-espacial a posse e o uso da terra são diagnosticados pelo IPUF assim: “A estrutura físico-territorial se altera rapidamente: os minifúndios são parcelados através do sistema de malha viária em xadrez, em vias estreitas e quadras divididas em lotes com área média de 360m², com características idênticas à ocupação urbana”. (Moretto, 1993, p. 123). Assim, a especulação imobiliária é uma atividade decorrente do grande número de turistas vindos para cá e, que conseqüentemente, trouxe impactos como a poluição da praia por esgotos sanitário lançados na rede fluvial e a destruição das dunas.

Muitos pescadores ingressaram nas atividades da economia turística e há alguns que trabalham com imóveis, outros alugam barcos de passeio no verão para os turistas e há também os que se voltam para a construção civil, cada vez mais abrangente na praia.

O que influenciou no aspecto turístico foi o fato de a rodovia SC-401 ter sido asfaltada. Com a facilitação do acesso, o fluxo de turistas foi cada vez maior e o é até hoje, considerando-se também os turistas estrangeiros.

Questionada sobre as mudanças imediatas que surgiram na praia após a facilitação do acesso rodoviário para o norte da Ilha, a moradora Dona Maria Francisca Nunes respondeu:

“De 20 anos para cá começou o crescimento pois antes não havia asfalto, não tinha nada, só havia mato. Não tinha comércio, não tinha banco, nem posto de gasolina, e com o alfartamento tudo veio junto”.

O Estado, a partir de 1970, deu ênfase ao desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina “através de incentivos fiscais e legais a nível federal e estadual”. (May, 1995, p.69). E é a partir de 1981, com o Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis, que começa o apoio ao turismo. Porém, há aspectos contundentes como quando o Estado concede que hajam algumas irregularidades urbanas em termos de ocupação, de modo que as regras da consulta de viabilidade não são seguidas como, por exemplo, o desmembramento na execução de obras que não estão de acordo com as leis urbanísticas da área. Nessa disputa de uso da terra, há agentes envolvidos que chegam mesmo a influenciar o Estado, que é o instrumento que atua para resolver as questões que os agentes por si só não

podem resolver, recorrendo ao auxílio estatal. O problema é que nem toda solicitação dos agentes é atendida pois a estrutura da administração do Estado é muitas vezes pouco eficiente, há ausência de verbas, há má distribuição dos recursos existentes. Ou seja, o Estado nem sempre atende aos agentes dominantes do processo.

Nos últimos anos, um grande problema enfrentado nos Ingleses é a sobrecarga na rede de energia elétrica que é gerada pela grande demanda turística. A região de Ingleses e em especial, a Praia dos Ingleses, tem como característica importante a sazonalidade na demanda de energia, sendo que nos meses de alta temporada é exigida para uso uma carga máxima, com um aumento em até 100% em relação à média verificada durante o ano. Há dias em pleno verão, que a televisão anuncia em emissoras que haverá determinado horário que faltará luz naquela localidade, e quando não há ocorrência de blacks-out temporários, o que acontece é o fato de uma queda de energia causar um prejuízo para o morador e queimar seu vídeo-cassete (entrevista). Isso, de fato, a CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina) não toma conhecimento, até que o morador assim o faça. É provável que o morador tenha que tomar uma atitude mais severa caso a empresa não se manifeste a respeito; se o morador não puder arcar com tal prejuízo, quem cuidará disto? O Procon (Serviço de Proteção ao Consumidor)? Atualmente, o cliente que tiver qualquer prejuízo causado pela queda de energia elétrica, deverá ser indenizado pela fornecedora de energia responsável em sua localidade. O problema é observar se realmente a fornecedora vai cumprir com essa obrigação já que a decisão tomada atualmente é a de que os consumidores terão seus aparelhos consertados, caso tenham sido prejudicados.

Ao falarmos de turismo, falamos do valor de troca da terra. No Projeto Costa Norte da Praia dos Ingleses (conforme já vimos no capítulo anterior) este valor de troca da terra como mercadoria tem seu valor acrescido devido à proximidade do mar, ou seja, a base natural da praia é utilizada como recurso à comercialização de empreendimentos, mesmo que para isso seja removida uma vegetação ou desmontada uma duna. Os problemas ambientais vão se agravando, porém, o que vale para os empresários é o lucro advindo de seus investimentos, e quem é dono de hotel só tem retorno financeiro a longo prazo. Nos últimos anos, o crescimento de construções nos Ingleses foi tão grosseiro que chegaram a sobrar apartamentos vazios em plena temporada. Houve um momento mesmo, no ano de 1997, que muitos turistas não compareceram à Ilha, devido à crise na Argentina. Compareceram os turistas brasileiros,

sendo que diversos imóveis ficaram vagos e só em meados de janeiro é que cresceu o movimento. Tanto investimento, tantos empreendimentos, nenhum retorno naquele momento. Isso mostra a ganância dos exploradores e a repercussão do turismo como exploração. A autora presenciou muitos guias turísticos alugando casas por lá (1991), pessoas das mais diversas ocupações que foram até lá para ganhar dinheiro. Nos idos de 1990 e 1991 soube de pessoas que compraram apartamento e trocaram de carro, só com o dinheiro ganho com o turismo de temporada, pois nesses anos o fluxo de visitantes era muito maior, não se dava conta de abrigar quem chegava, até faltava lugar para colocar as pessoas.

É, o advento do turismo é forte. É tão forte que o pescador vende seu terreno de frente para o mar ao turista, passando a morar longe do seu reduto, seu pedaço de chão *privilegiado*.” A orla marítima, as encostas de morros de frente para o mar, os recantos mais inusitados tornam-se *monopólio privado* “. (Ouriques, 1998, p.75).

4.2- QUESTÃO AMBIENTAL E PROBLEMAS ATUAIS

As dunas podem ser móveis, fixas e semi-fixas. Na maior parte delas a vegetação é escassa. Muitas vezes, ausente. Nas dunas móveis e semi-fixas, as plantas tem raízes compridas e numerosas. São rasteiras, lutando pela sobrevivência devido a falta de água, o efeito do sol forte, da ação dos ventos e da pobreza e mobilidade do solo. A restinga é a vegetação que ajuda a fixação das dunas, tornando-a área de preservação permanente (APPs).

Na praia dos Ingleses, as Áreas de Preservação Permanente são protegidas pelo Plano Diretor dos balneários elaborado pelo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis) no ano de 1985. O descaso para com o cumprimento das leis deste Plano levou à ocupação humana desordenada, com construções irregulares sem sistema de esgoto adequado que devido à alta permeabilidade das camadas arenosas, contaminam o lençol freático, comprometendo a saúde da população, pois as sucessivas camadas de areia que compõem o campo de dunas nesta área possibilitam a infiltração de água da chuva, servindo como filtro e condutor da água subterrânea.

“As favelas constituem a expressão viva da materialização no espaço das desigualdades sociais, da marginalização e exclusão social de grande parte da população das grandes e médias cidades do mundo subdesenvolvido”.(Adas, 1998, p. 561). No caso da Praia

dos Ingleses, deu-se a ocupação das dunas por favelas que constituídas por pessoas não privilegiadas, trazidas pelo êxodo rural, de outras cidades e estados. Mas não são apenas esses grupos os responsáveis pela destruição e contaminação das dunas. Encontramos outras edificações como hotéis, pousadas e prédios que influenciam no processo de descaracterização destas áreas, em benefício da crescente especulação imobiliária da região por grupos de pessoas abastadas que não possuem a necessidade de moradia neste local.

Assim como as dunas, as encostas dos morros na Praia do Santinho também vêm sendo ocupadas por diversos tipos de edificações, em detrimento da vegetação nativa, colocando em risco a estabilidade do solo que com a devastação progressiva e acelerada, pode causar erosão e extinção das espécies que ali vivem, abalando o ecossistema litorâneo. As Áreas de Preservação Permanente devem permanecer livres de qualquer edificação ou benfeitorias.

Outros morros também vêm sofrendo a degradação há alguns anos, como as localidades de Capivari, onde foram construídas casas até o topo do morro. Na Cachoeira do Bom Jesus (porção oeste que faz limite com Ingleses) e em São João do Rio Vermelho, a devastação e ocupação das encostas caminha em ritmo desenfreado. Onde era verde, agora é casa, é um processo de ocupação sem escrúpulos, de forma provocativa à natureza.

Interrogado sobre o crescimento do Balneário, o morador e funcionário público Sérgio Sena, retrucou:

“Há espaços para todos, porém falta uma regulamentação séria do Plano Diretor, uma cobrança dos órgãos que fiscalizam onde não se pode construir”.

Como outras opiniões, o crescimento é considerado desorganizado, pois a explosão demográfica contribuiu para a aceleração da construção civil, mas não houve um planejamento da infra-estrutura, causando problemas tanto para a população local como para os turistas na temporada.

O procurador Antonio Carlos Brasil Pinto (defensor do meio ambiente do Ministério Público Estadual) discute a questão das faixas de terreno de marinha e diz que eles “são facilmente ocupáveis porque o invasor primeiramente ocupa e, depois, só precisa comparecer à Delegacia do Patrimônio da União para declarar que é ocupante de determinada área. Então é aberta uma inscrição para fins de recolhimento de IPTU”. (Pinto *apud* Trilha, 1997). O IPTU é uma arrecadação utilizada na manutenção da cidade, do espaço público, das ruas e das

praças. Mas o fato é que a maior parte dos terrenos de marinha estão sob a posse de particulares, aliás, segundo Pinto “não tem um milímetro do solo, do mar territorial e da plataforma continental brasileira que não esteja na mão de particulares”. (Pinto *apud* Trilha, 1997). Se a maior parte de terra no país é de particulares, o inverso ocorre nos outros países como o Canadá e os Estados Unidos onde a maioria do território é domínio do Estado e o restante é de particulares.

Para ter a posse legal de um terreno de marinha, desde 1993 há a necessidade de ter uma certidão na Secretaria da Agricultura, para garantir que a área não é de domínio do Estado, ou da SUSP (Secretaria de Urbanização e Serviços Públicos) determinando a viabilidade da construção, e da FATMA (Fundação do Meio Ambiente), para atestar que não é área de preservação permanente. Se a posse existir, não poderá incidir sobre um domínio público.

Geralmente, na encosta da Praia do Santinho (Aranhas), as pessoas constroem sem autorização e se são ameaçadas de ter a obra embargada, elas procuram terminar a construção antes que a prefeitura intervenha. Hoje, há pessoas construindo mesmo após o término da servidão, depois da última casa, em uma parte mais baixa, uma área que a Polícia Ambiental nem sequer toma conhecimento.

Nesta região das encostas das Aranhas, as servidões não são pavimentadas, são estradas de chão, ou seja, ainda preservam sua vegetação. Há pouco tempo (mais ou menos dois anos) foi asfaltada a rua principal do Santinho. Sobre a pavimentação, a opinião de uma moradora é a seguinte:

“Desleixo com relação às servidões que não são calçadas, não são cuidadas e a necessidade de passar máquina para assentar e corrigir defeitos”.

Da rua principal até o Costão do Santinho Resort (hotel) tudo é “maravilhoso, asfaltado”. As propagandas publicitárias denominam o hotel de cenário de primeiro mundo, com infra-estrutura, organização, um “exemplo”. Porém, a devastação ocorrida para o empreendimento da obra foi permitida por influências políticas.

A rede de esgoto é também um problema para a comunidade dos Ingleses. Há lançamento de esgotos domésticos na praia, muitos moradores constroem suas moradias mas não tem sistema de esgoto e comprometem a saúde da população. No ano de 1998, houve um

problema com o LEXUS Hotel, devido a não possuir um sistema de esgoto adequado e o hotel lançava as águas servidas diretamente na praia, comprometendo a bacia hidrográfica. A Vigilância Sanitária esteve por lá e interditou o hotel, de agosto a dezembro. O expressivo adensamento populacional (fixo e flutuante) da área implica na implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos adequado. Não adianta alguns possuírem o sistema e a maior parte não usufruir do mesmo. O sistema de esgotos é condição básica para manter a sustentabilidade sócio-espacial da região futuramente.

Entrevistados sobre quais são os problemas atuais em Ingleses, os moradores assim responderam:

“Principalmente a rede de esgoto. Por causa do turismo no verão, tem bastante esgoto que atravessa na praia, e falta uma estrutura melhor para temporada e para os turistas visitarem Florianópolis”.

“O saneamento urbano, a necessidade de ter um orçamento participativo para uma melhor distribuição de verbas”.

Quanto aos serviços públicos, de modo geral, as opiniões são convergentes:

“Muito bom porque hoje eles existem; porém não são suficientes para o tamanho da população, só tem um posto de saúde que não atende sequer 5% da população, tendo a maioria que se deslocar do seu local para outros locais como o centro de Florianópolis, para o Hospital Universitário, Hospital Regional ou para quem pode, clínicas particulares do próprio distrito”.

“Satisfatórios, mas poderiam melhorar”.

“Precários. Falta melhorar”.

“Falta médico. Tem que acordar às cinco horas da manhã para ir para o Posto de Saúde, a gente acaba tendo que dormir lá”.

“Os serviços públicos satisfazem mas na saúde, a situação é precária”.

O atendimento de saúde é precário, como podemos comprovar. Faltam médicos, dentistas. Só tem um de cada função para atender um contingente grande. O espaço físico do Posto de Saúde é pequeno, os serviços demorados e a maneira como é administrado é ineficiente.

4.3- PROBLEMAS ATUAIS E PAPEL DO ESTADO

Os problemas apontados pelos moradores de Ingleses não são poucos. Dentre eles podemos enumerar alguns segundo a pesquisa de campo:

- Desmatamento e posterior construção em locais de preservação;
- A saúde da população não é bem tratada devido aos problemas apresentados na questão anterior;
- A resistência da Empresa Canasvieiras Transportes Coletivos em colocar uma linha Ingleses-via UFSC que é imprescindível pois há muitos universitários e funcionários que utilizam este itinerário, enquanto a linha Rio Vermelho possui este serviço e tem menos moradores. Já foram feitos abaixo-assinados várias vezes e o problema não foi resolvido;
- A lei de ocupação do solo que não é cumprida na maioria dos casos, por isso notamos tantas irregularidades como casas e casebres edificadas sobre dunas, obras embargadas pela Prefeitura que depois foram concluídas. (Na Rua das Gaivotas, à direita, há a edificação de um prédio embargado até hoje, foto em anexo);
- A rede de esgotos insuficiente;
- Os problemas com quedas de energia elétrica e a falta de luz.

São muitas questões a serem discutidas e se faz necessário que o papel do Estado seja discutido e avaliado. Afinal, ele deveria ser o agente ativo na solução de tantos problemas no que se refere à Ingleses.

O Estado surge na Praia dos Ingleses como “o legitimador das práticas e intenções dos agentes hegemônicos atuantes. (May, 1995, p.69). Quem levou o Estado à implantação de obras públicas na Praia foram estes agentes. Existem interesses em que os agentes pressionam o Estado mas em objetivos diferentes, causando fatores de insatisfação. No entanto, sempre há o grupo de agentes que são mais poderosos, exercendo mais influência sobre o Estado. Pela ausência de verbas e vários problemas que o Estado enfrenta, as soluções são lentas e pouco

eficientes. O Estado quase sempre atende interesses de classes dominantes que estão no ápice do poder. A nível municipal, “as leis sobre o espaço urbano funcionam através de uma economia cada vez mais monopolista e os setores fundiários e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais” (Corrêa apud Andrade, 1997).

Se a população nos Ingleses dobrou, se a necessidade de serviços aumentou, o Estado precisa assistir o processo, ele tem o dever de satisfazer as necessidades do contingente populacional e de melhorar a vida dos habitantes de Ingleses.

“Certamente o Estado teve destacado papel no desenrolar desse processo. Afinal, ao implantar as melhorias infra-estruturais a partir dos anos setenta, como a pavimentação asfáltica dos acessos às praias da Ilha, é dado um primeiro e decisivo passo para as mudanças que se desenrolam com mais velocidade na década subsequente”. (Ouriques, 1988, p.62).

Na Praia dos Ingleses, a atuação do Estado, de acordo com os entrevistados, está sempre servindo os interesses do capital privado.

5. CONCLUSÃO

A evolução do uso e da ocupação do solo na Praia dos Ingleses aconteceu através da urbanização crescente, da venda de espaços de terra onde percebe-se claramente a distinção do poder aquisitivo através das construções.

O uso e o adensamento do solo deram-se de maneira acelerada, provocando transtornos a nível ambiental, comprometendo a bela paisagem de Ingleses, tornando-o um paraíso ameaçado. A rápida mudança ocorrida na praia, caracteriza o balneário hoje como uma verdadeira cidade.

O capital privado invadiu Ingleses e se apoderou de suas belezas naturais, não se preocupando com a preservação de sua paisagem. O resultado dessa invasão trouxe sérios problemas, sobretudo a degradação ambiental. A constante fragmentação da terra, as construções junto às dunas, em morros, encostas (Aranhas) é o que caracteriza o processo de uso e adensamento do solo desordenado. Não há respeito ao Plano Diretor, não há organização das leis, não há um intendente atuante, não há fiscalização da Prefeitura. Infelizmente o quadro observado não é nada exemplar, nem digno de elogios.

É necessária uma mudança muito radical no processo de ocupação do solo que ocorre abruptamente em todo o território dos Ingleses. A esperança está na busca de qualidade na organização do espaço urbano, com a transformação da desordem em um espaço mais socializado, modificado, com a atuação do Estado mais voltada para soluções dos problemas da população relativos à ocupação e corrigindo as formas de manifestação desta. A obediência das leis de ocupação do solo não é uma necessidade, é uma obrigação. As obras públicas tem o dever de serem vistoriadas e construídas regularmente, a favor da população mas também a favor do equilíbrio ambiental.

O maior contraste do processo de ocupação do solo é a destruição de toda a sua paisagem, é o valor da terra ser mais considerado um motivo de negócio (lucro) e não apenas o seu simples valor de uso. A ganância, o poder estão acima de uma preocupação maior com a natureza, o lado humano ficou estagnado e o capital se apoderou, comercializando as terras locais na praia, aumentando o número de prédios cada vez mais altos, com a exploração do

balneário cada vez mais intensa.

Um projeto de urbanização se faz urgente, para impedir as ocupações indevidas, para amenizar os danos causados à natureza. Precisamos conservar o aspecto paisagístico da Ilha, ocupar mas saber ocupar. A regulamentação do adensamento do uso do solo precisa ser revista, reorganizada, talvez modificada, para que a “devida” ocupação seja melhor estruturada.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAS, Melhem. *Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e Desafios sócioespaciais*. 3 ed. São Paulo, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 2.ed. Ática.
- _____. *Região e organização espacial*. São Paulo, Ática: 1991.
- FANI, Ana A. C. *A Cidade*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, Hucitec: 1980.
- IPUF, Guia Florianópolis. Edeme: Florianópolis, 1992.
- LIPIETZ, Alain. *Alguns problemas da produção monopolista do espaço urbano*. Espaço e debate, n.7, out/dez, 1982.
- MAY, Marilú. *A implantação de obras públicas na praia dos Ingleses*. Dissertação de mestrado em Geografia – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- MORETTO NETO, Luis. *A atividade turística e o desenvolvimento sustentado. Estudo de caso: O balneário de Ingleses e o Projeto Costa Norte – Ilha de Santa Catarina, no período de 1960-1990*. Dissertação de mestrado em Geografia – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

OURIQUES, Helton Ricardo. *Turismo em Florianópolis: uma crítica à “indústria pós-Moderna”*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

PEDRAZZI, Iria. *Florianópolis: Ilha da Natureza*. Florianópolis: Mares do Sul, 1998.

SANTOS, Cristina Silveira Ulysséa. *Planejamento turístico e seus reflexos no Processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional*. Dissertação de mestrado em Geografia – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

TRILHA, Lauren Vianna. *A relação entre a ocupação urbana e o ecossistema marinho em Florianópolis*. Monografia submetida ao Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

ZIMMERMANN, Cláudio Cesar. *Análise da Ocupação Predial em Terrenos de Marinha utilizando técnicas de Sensoriamento Remoto*. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Departamento de Engenharia Civil, Florianópolis, 1998.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

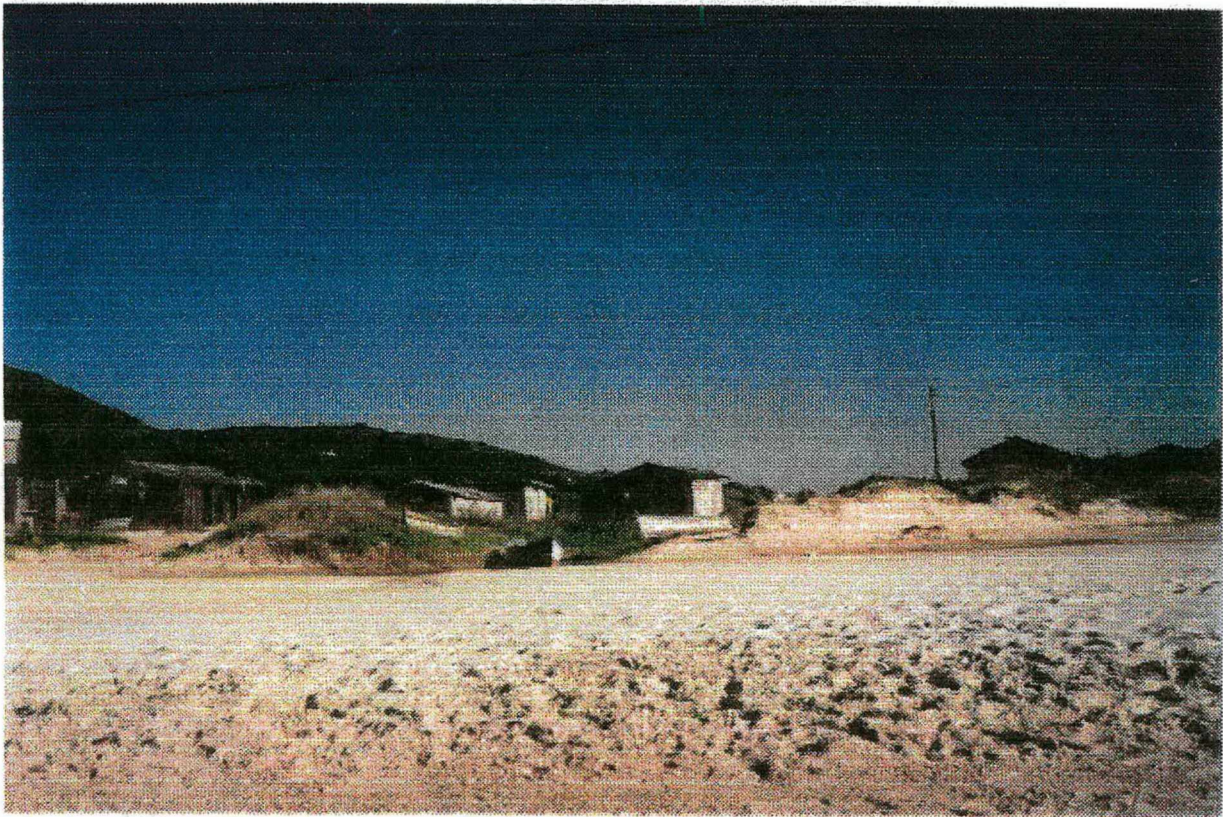
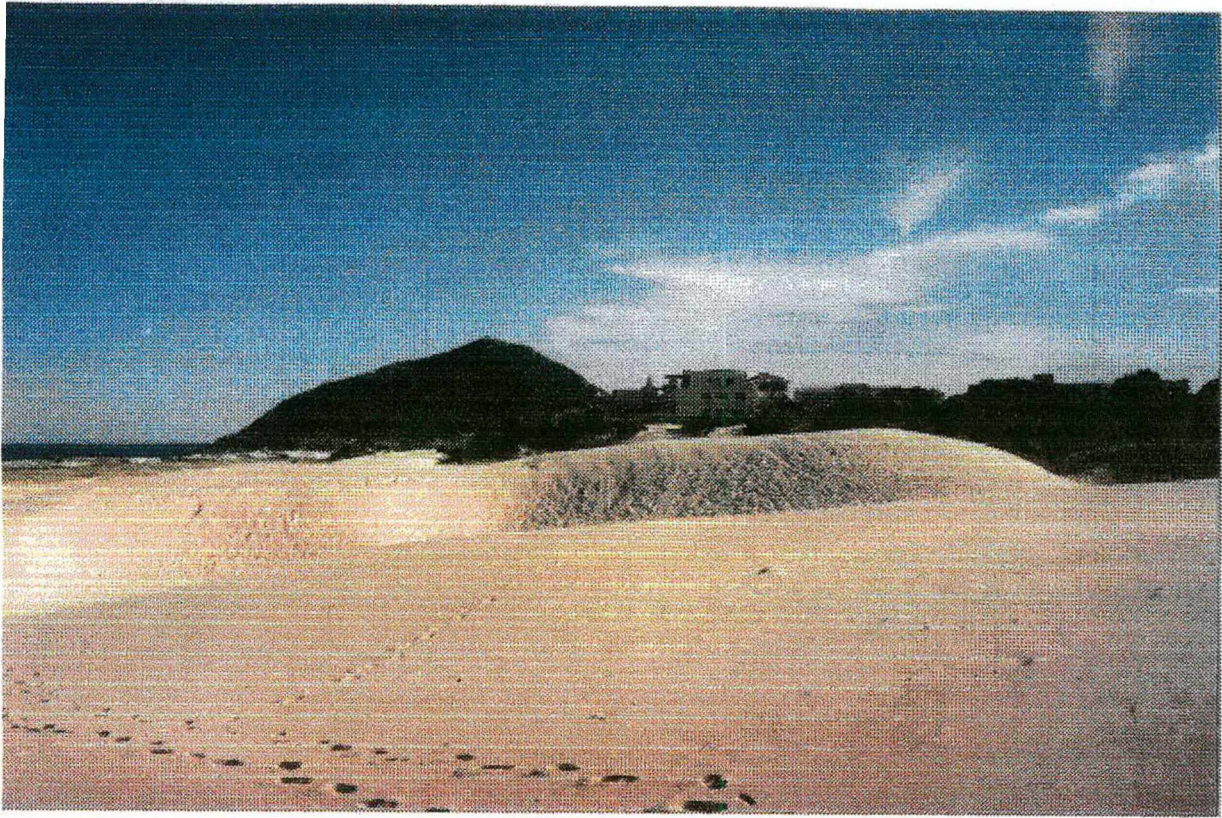
- 1) O senhor (senhora) mora na Praia dos Ingleses há quanto tempo?
- 2) O que fez optar pelo balneário de Ingleses?
- 3) Na sua opinião, como você vê o crescimento do balneário?
- 4) Para o senhor (senhora) as mudanças ocorridas foram favoráveis?
- 5) No tempo em que mora no balneário, cite mudanças no acesso ao local de moradia.
- 6) Como era a lei em relação às construções há tempos atrás?
- 7) Quais mudanças imediatas surgiram no balneário de Ingleses após a facilitação do acesso rodoviário para o norte da ilha?
- 8) Quais as queixas que você tem com a PMF (prefeitura) ?
- 9) Quais os problemas atuais em Ingleses?
- 10) Como são os serviços públicos aqui em Ingleses?

Tabulação de Dados

Nº	Nome	Idade	Sexo	Ocupação	Outra Ocupação
1	Maria Francisca Nunes	54	F	Babá	-
2	Sérgio Ricardo Silva	30	M	Func. Público	Comerciante
3	Jacqueline S. Da Cunha Sena	30	F	"	-
4	Sérgio Sena	37	M	"	-
5	Vilson Bail	50	M	Aposentado	-
6	Paulo Boabaid	38	M	Corr. Imóveis	Mergulador
7	Luiz Fernando Lisboa	39	M	Pescador	-
8	Francisca de Albuquerque	53	F	Do lar	-
9	João Batista da Silva	47	M	Motorista	-
10	Gilberto Prim	36	M	Func. Público	-
11	Deolinda Dutra	47	F	Empr. Doméstica	-
12	Jefferson Della Rocca	29	M	Violonista	-
13	Maurício D'Ávila	34	M	Comerciante	-
14	Severina Soares	56	F	Profª de Canto	-
15	Jussara Vandelinde	33	F	Bióloga	-
16	Sarita Duarte Farias	27	F	Assist. Social	-
17	Gilson Américo Menezes	60	M	Aposentado	-
18	Paulo Mosimann	26	M	Estudante	-
19	Dirce da Silva D'Ávila	52	F	Func. Público	-
20	Marcelo de Mira Vasconcelos	30	M	Comerciante	-

Elaboração Própria

1. Santinho obras irregulares sobre Dunas



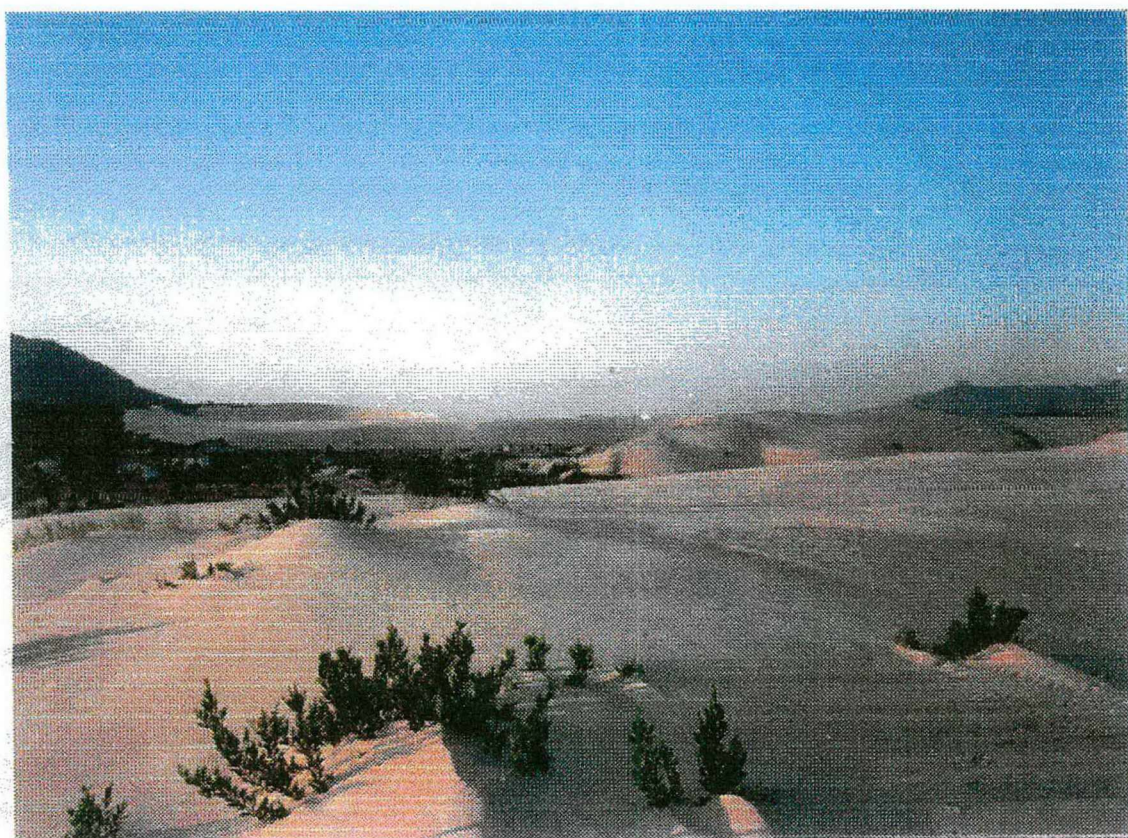
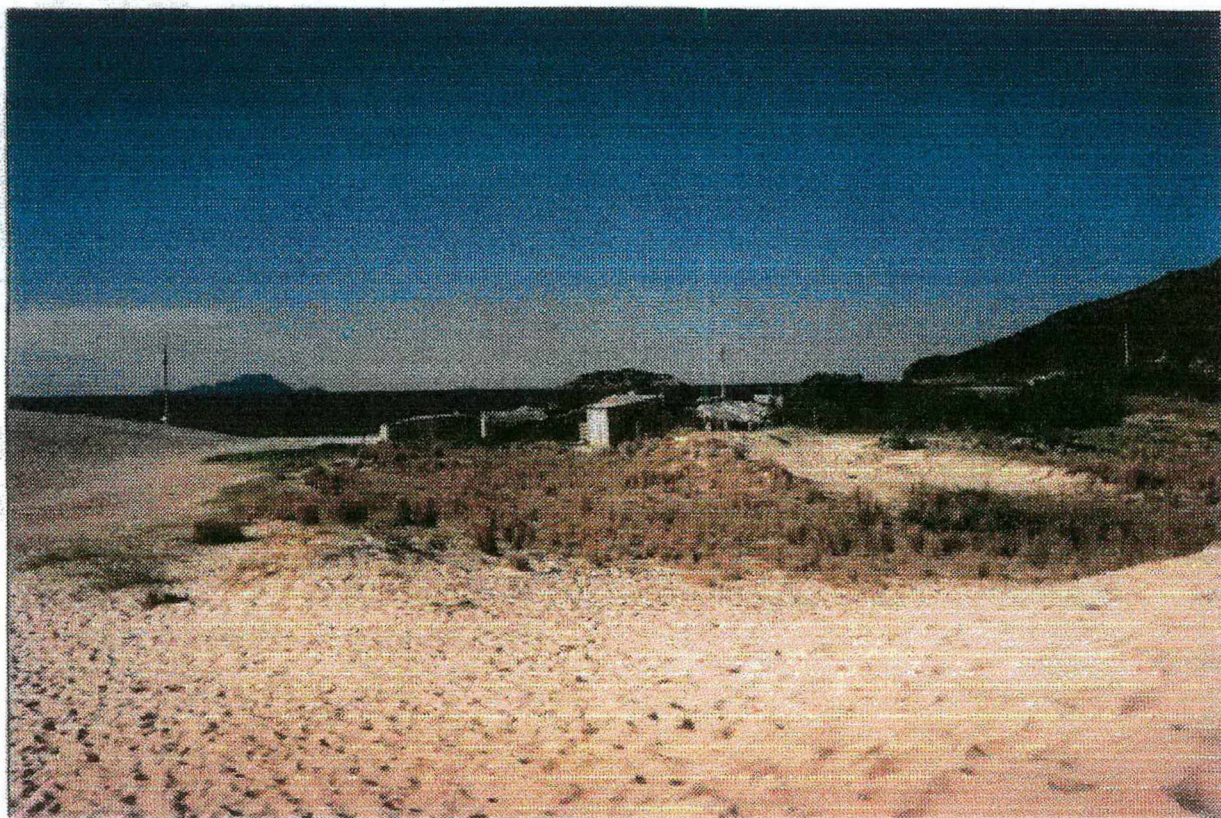
2. Barracos nos Ingleses

3. Casas próximas às Dunas (Ingleses)



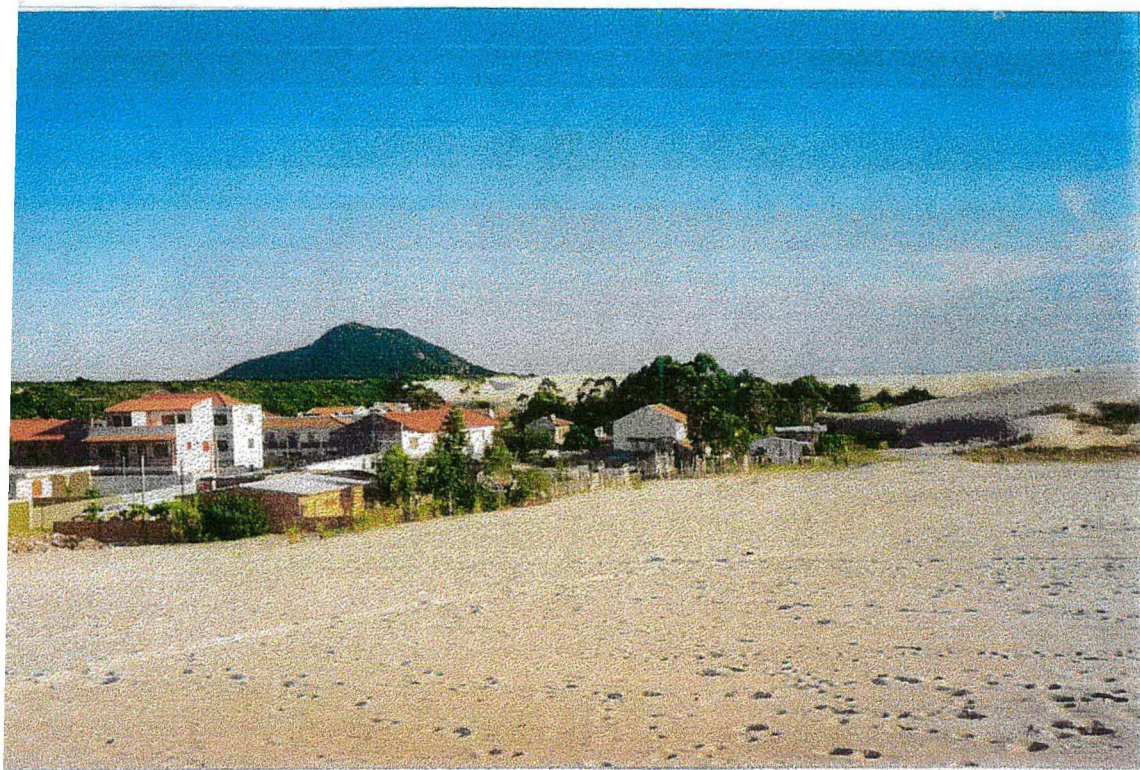
4. Barracos em Ingleses

5. Barracos em Ingleses



6. Dunas em Ingleses

7. Comparação com a foto anterior. Hoje, após a retirada das dunas, construções irregulares.



8. Prédio embargado na rua das Gaivotas.